

Ministério nega ser responsável por desmatamento na Amazônia

Ed Ferreira/AE

O MDA vai pedir cópia do estudo ao Inpe para checar áreas de assentamento

HUGO MARQUES

BRASÍLIA – O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) não aceita ser responsabilizado pelo aumento do desmatamento na Amazônia e vai solicitar cópia do estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para checar eventual expansão da área desmatada em assentamentos. O estudo do Inpe, divulgado na semana passada, mostrou crescimento de quase 20 mil quilômetros quadrados na área desmatada na Amazônia, entre 1999 e 2000.

A secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Alegretti, atribuiu a outros setores do governo, incluindo o MDA, a responsabilidade pelo crescimento de áreas desmatadas.

Culpados – O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sustenta que os assentamentos na Amazônia estão localizados, em sua grande maioria, fora das áreas de desmatamento detectadas pelo Inpe. O secretário-executivo do ministério, José Abrão, disse que não se pode aceitar que se culpe os assenta-



Marília Marreco culpa a agricultura de exportação e as madeiras

**ÁREA
DESMATADA
CRESCEU
EM 2000**

dos pelos desmatamentos. “Trabalhamos com a possibilidade de não serem os assentados os responsáveis.” A assessora especial do ministério para assuntos am-

bientais, Marília Marreco, que foi presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), acredita que as principais causas do desmatamento na Amazônia estejam vinculadas à agricultura de exportação, que ocupa grandes áreas na região, e a maior pressão da indústria madeireira sobre a floresta, que a cada ano aumenta sua

área de exploração de madeira. Marília acredita que as grandes madeiras estejam utilizando como estratégia desmatar pequenas áreas, em grande quantidade, para fugir da fiscalização, que vigia principalmente o surgimento de grandes áreas.

Numa crítica direta ao Ministério do Meio Ambiente, Abrão afirmou que os erros “não podem ser setorizados dentro do governo”. Tanto os erros quanto as vitórias do governo, disse o secretário-executivo, devem ser compartilhados pelos diversos setores da administração pública. O ministério informou que em 1999 divulgou a Portaria 88, que proíbe a obtenção de terras em áreas de cobertura florestal na Amazônia, na mata atlântica e no Pantanal.